



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

Ofício nº 009/2021secp

Brasília, 12 de fevereiro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal Arthur Lira
Presidente da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados
Brasília/DF

1

Assunto: apresenta posicionamento em defesa dos servidores e serviços públicos, contra a reforma administrativa/plano Mais Brasil, contra as privatizações dos serviços públicos e em defesa da imunização de todos os brasileiros e brasileiras contra a Covid-19 e requer audiência.

Senhor Presidente,

A Fenajufe - Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União, entidade sindical de grau superior que congrega 29 (vinte e nove) sindicatos filiados em todo território nacional, legítima representante sindical dos mais de cento e trinta mil servidores destes segmentos, com fundamento no artigo 8º, III, da Constituição da República, cumprimenta Vossa Excelência na esperança de que seu mandato à frente da presidência dessa Casa Legislativa seja sobretudo em defesa da população brasileira atuando para garantir a ela o direito à vida, com os órgãos empresas e públicas fortalecidos e atuantes na prestação de serviços públicos de qualidade, e na garantia da imunização de todos os brasileiros e brasileiras contra a Covid-19.

A crise sanitária vem se agravando cada vez mais em grande medida pela falta de ações efetivas do governo no combate a pandemia. Já são mais de 235.000 mil mortos pela Covid-19 e mais de 14 milhões de desempregados em todo o Brasil. O aumento da pobreza vem crescendo expressivamente e também o aprofundamento da precarização das condições de trabalho, com a crescente informalidade fruto das consequências de políticas inadequadas que facilitaram o desemprego em tempos de crise. Ademais o governo e a



mídia continuam responsabilizando injustamente os servidores públicos pelos problemas do país, quando evidentemente são solução para o enfrentamento das crises, atendimento e proteção da população, indistintamente, por meio das diversas instituições que compõem o Estado Brasileiro.

A Fenajufe expressa seu repúdio a qualquer ataque às liberdades democráticas e sindicais, imprescindíveis para que as instituições cumpram sua missão principalmente neste momento de enfrentamento de uma crise sanitária e econômica, pois as entidades sindicais exercem importante e relevante papel na defesa dos Servidores e Serviços Públicos e, por conseguinte, defendem a sociedade brasileira destinatária dos serviços públicos.

Em meio a uma crise, o governo deveria estar ampliando e melhorando os serviços públicos para atender as necessidades da população cada vez mais carente, mas em vista disso está aproveitando-se desse momento para implementar sua política de Estado mínimo, subjugando os brasileiros a qualquer sorte, tirando a dignidade de um povo trabalhador que tem um país rico em condições de ser uma potência, mas trabalha para reconduzir o Brasil à condição de subalterno dos países dominantes. Os mais pobres clamam por Justiça Social que devem ser estendidas por meio dos serviços públicos a todos os brasileiros e brasileiras.

É sabido que atacar os servidores públicos, desmontar o serviço público não é medida para acabar com a crise econômica e social. A estabilidade do servidor visa garantir a impessoalidade na administração pública e impedir que o servidor público fique vulnerável aos interesses dos governantes de plantão, essa política tem por objetivo atender os interesses do mercado, ou seja, de uns poucos que suprimem o direito de muitos. A mesma forma a redução dos salários além de interferir na prestação de serviços públicos a sociedade vai afetar a economia real e aprofundar a crise econômica.

Neste processo da pandemia comprovou-se a importância do serviço público em várias frentes: na Saúde, na Previdência Social, no SUS, nas Eleições e em muitos outros setores que poderíamos citar. Mesmo depois de ficar constatado que a EC 95, reforma da previdência e o congelamento salarial não causaram o crescimento econômico e a distribuição de renda no país, conforme prometido pelos governos Temer e Bolsonaro



quando enviaram as propostas ao Congresso Nacional, o governo insiste em utilizar argumentos deste tipo para atacar os servidores públicos e tirar seus direitos e dos trabalhadores em geral.

Privatizar empresas estratégicas que não deixam o Brasil à mercê dos interesses de outros países como Correios, Embraer, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Petrobrás entre outras, entregando o patrimônio nacional não é medida que trará o crescimento econômico, mas que tira capacidade econômica do país. Esta ação governamental não tem histórico que tenha dado certo, com efeito positivo pelo mundo.

Existe uma crise econômica, sanitária e social que não foi causada pelos trabalhadores e por isso estes e a população mais pobre não podem arcar com o seu pagamento. Todos os dias vimos na imprensa os altos lucros de empresas, os ricos ficando mais ricos e o governo tem tomado constantemente medidas de preservação de seus lucros em detrimento da vida de milhões nesse país.

Os sacrifícios devem ser realizados primeiro por aqueles que detém as riquezas no país, tributando lucros e dividendos, cobrando os que não pagam seus tributos, sonegando e realizando concorrência predatória às custas de recursos públicos indispensáveis para todos os brasileiros e brasileiras

Precisamos de medidas efetivas como taxação das grandes fortunas, a suspensão do pagamento da dívida pública com sua auditoria, a revogação da EC 95/2016 para garantir maior investimento em saúde e educação e a retirada de tramitação da reforma administrativa/Plano mais Brasil.

Por tudo isso nos posicionamos contra as privatizações das empresas nacionais, contra a reforma administrativa/Plano mais Brasil em curso no Congresso Nacional em defesa da vida e por Vacina Gratuita para TODOS JÁ com auxílio emergencial enquanto durar os efeitos da pandemia.

Pedimos, assim, uma reunião com Vossa Excelência para expor melhor os argumentos acima, com estudos técnicos e não com qualquer discurso ideológico como muitas vezes é apresentado pelo Governo. Aceita esta reunião, propomos que seja aberta a mais entidades



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

do funcionalismo público em âmbito nacional, nos responsabilizando pelo convite a estas entidades.

Respeitosamente,

Engelberg Belém Pontes
Coordenador Jurídico e Parlamentar

Thiago Duarte
Coordenador de Formação Política e
Organização Sindical